

# DOCTRINA

---

## ECOLOGIA: UMA ABORDAGEM PLURIDISCIPLINAR, FILOSÓFICA, POLÍTICA, HISTÓRICA E SOCIAL

JOSIMAR DE ALMEIDA

### *1. Questionamento filosófico-político da questão ambiental. Por uma nova ética ambiental*

A tematização da dimensão filosófica, entendida como sobredeterminante de todas as outras dimensões que envolvem a questão ambiental, apresenta, pelo menos, três posturas que têm dificultado o debate nesta área:

— A primeira é o centificismo, que professa dogmaticamente soluções técnicas neutras e onipotentes, acreditando na razão utilitária do conhecimento;

— A segunda é o naturalismo, que afiança poder decifrar a realidade, a partir da elaboração de modelos cognitivos e empíricos por métodos de várias correntes filosóficas que interpretam os processos naturais;

— A terceira é o romantismo, que propala-se como veículo de concepções da prática social.

O conjunto de posturas apresentado permite as mais variadas combinações, gerando perspectivas caleidoscópicas. Como exercício, podemos indicar uma combinação típica da postura pragmática, que reúne elementos da primeira e da segunda, expressando a ideologia da fé acrítica na técnica. Com per-

fil apolítico, perfila-se à disposição de colocar seu conhecimento técnico como função da utilidade. A associação entre a segunda e a terceira conduz à postura humanista. O discurso político nas bordas do cartesianismo até a intuição da unidade telúrica: homem-natureza.

O universo filosófico propicia uma maneira de avaliar os posicionamentos gnoseológicos e políticos. Entendemos que este seja o plano prioritário e fundamental dentro da esfera de preocupação com a problemática ambiental, mesmo porque necessário à normativização jurídica própria do MP. Necessita ser equacionado para nortear o desenvolvimento dos demais campos. Deve ser pautado por uma discussão transparente sobre os propósitos, posturas, limites éticos e todos os demais componentes próprios da filosofia e política ambiental.

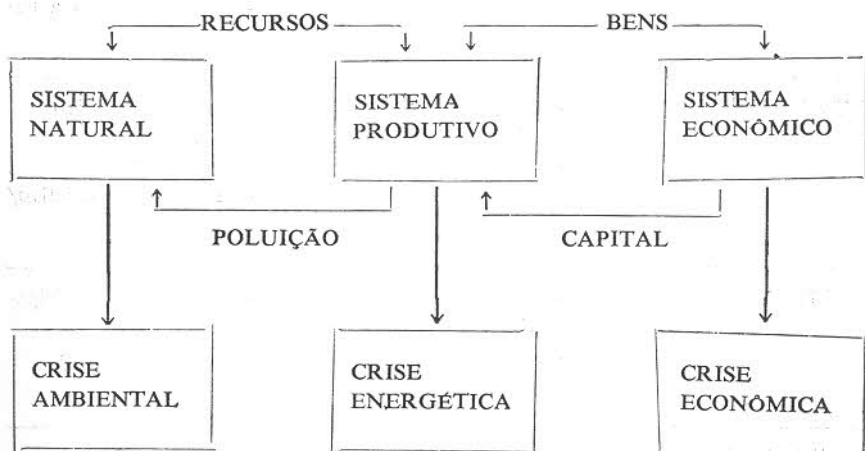
## *2. Crises dentro da crise: os paradigmas contratantes*

O sistema econômico funciona interativamente com o sistema produtivo. Há uma retroalimentação positiva. O sistema produtivo gera bens, que são absorvidos e impulsionam o sistema econômico, no sentido de gerar capitais que pagam por esses bens. Desse modo os dois sistemas se coadunam, coevoluem e impulsionam a aceleração um do outro.

O sistema produtivo, para atender à demanda cada vez maior do sistema econômico, tem requerido e exaurido mais recursos do sistema natural (ecossistemas). Não há compensação para o fornecimento de recursos básicos gerados pelo sistema natural. Os bens de consumo, produzidos pelo sistema produtivo às custas do sistema natural, estabelecem uma cinta de apropriação, onde os sistemas produtivo e econômico serão compensados por bens e capital. Ao sistema natural, espoliado pela extração de recursos, ainda decorrem mazelas da poluição, nas suas mais variadas formas.

A otimização da economia de escala fica na dependência da capacidade de apropriação do sistema produtivo. Esse modelo de desenvolvimento apresenta problemas na base energética de sustentação da produção. Estabelecida a crise energéti-

ca, o efeito de consecução afeta o custo da produção de bens e a circularidade mercadológica: bens-capitais. A crise econômica retroalimenta a crise energética. Surge também a crise ambiental. Desencadeada a partir da implementação do modelo econômico vigente, essa crise se incorpora às outras duas, formando um complexo imperativo com retroalimentação positiva no sentido do aumento da crise estrutural.



A questão ambiental deve, portanto, transformar-se numa questão ideológica, freqüentada pela ciência, pela política, pela filosofia, pela cultura. É preciso considerar que as modificações naturais agora ocorrem aceleradas pelo forte impacto das modernas tecnologias. A espécie humana tem contribuído decisivamente para coonestar a probabilidade da máxima entropia no sistema natural. A contradição entre o "caminho biológico" e o "caminho cultural" da evolução humana tem provocado profundas modificações no planeta.

É possível reconhecer na ótica cartesiana grupos distintos que adotam atitudes diferentes, cujos valores nas relações homem-natureza e homem-homem podem ser interpretados como paradigmas, na conceituação kuhiana.

O posicionamento extremo desses grupos é exacerbado pela consideração de que suas posições diametralmente opostas são os balizadores mais corretos.

VALORES	PARADIGMA DOMINANTE	PARADIGMA ALTERNATIVO
ESSÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• material (crescimento econômico)</li> <li>• sistema natural valorizado como recurso</li> <li>• dominação sobre a natureza.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• não material (autovalorização)</li> <li>• sistema natural valorizado intrinsecamente</li> <li>• harmonia com a natureza.</li> </ul>
ECONOMIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• forças do mercado</li> <li>• riscos e retribuição</li> <li>• desigualdade</li> <li>• individualidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• interesse público</li> <li>• segurança</li> <li>• igualdade</li> <li>• suprimento coletivo/social.</li> </ul>
POLÍTICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• estruturas autoritárias</li> <li>• hierarquia</li> <li>• lei e ordem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• estruturas participativas</li> <li>• não hierárquico</li> <li>• libertação</li> </ul>
SOCIEDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• centralizada</li> <li>• larga escala</li> <li>• associativa</li> <li>• ordenada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• descentralizada</li> <li>• pequena escala</li> <li>• comunitária</li> <li>• flexível</li> </ul>
NATUREZA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• amplas reservas</li> <li>• hostil/neutra</li> <li>• controlável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• recursos limitados</li> <li>• benigna</li> <li>• delicadamente balanceada</li> </ul>
CONHECIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• confiança na ciência e tecnologia</li> <li>• separação de valor/pensamento/sentimento</li> <li>• racionalidade de meios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• limites para ciência</li> <li>• interação de valor/pensamento/sentimento</li> <li>• racionalidade de fins</li> </ul>

### 3. *Fenômenos do ambientalismo: movimento histórico da transformação civilizatória*

Não foi o aparecimento do homem que introduziu o fator de transformação na natureza. Sem dúvida, a vida, já na sua origem, organizou-se em população, comunidades e ecossistemas, e estes se mantêm em contínua evolução: desaparecem, constituem-se, transformam-se.

Portanto, a vida sempre esteve enfrentando crises. No entanto, a crise atual tem raiz antrópica, com proporções gigantescas se comparadas àquelas crises naturais pré-hominídeas e até mesmo pré-industriais.

As sociedades nômades, tribais e algumas civilizadas, em que pese transformarem a natureza, são também moldadas por ela. Trata-se de grupos cuja tecnologia rudimentar não infringe de modo irreversível os processos naturais. O freio homeostático homem-natureza é estabelecido por “regras ecológicas” pela natureza e pela “sacralização do bem natural” pelo homem. São exemplos contemporâneos as declarações de indígenas (brasileiros, americanos e polinésios) e preceitos místico-religiosos (Açoka, Zen-budismo, Lao-tse, Chuang-tsu, Akhenaton).

As sociedades “sapiens simples” onde as tecnologias transgrediram as “regras ecológicas” e também romperam, em diferentes níveis, o controle místico-ideológico de “sacralização do bem natural”, geraram crises ambientais. Dorst, Gernet e Wheeler apontam causas ecológicas para o declínio das civilizações khmeriana, maia, chinesa e índica.

Apesar dos diferentes graus de importância e magnitude de impactos ambientais, todas essas crises apresentaram duas características fundamentais que as diferenciam muito da crise atual. Por mais agudas que fossem, foram todas, sem exceção (até mesmo no caso da influência dos fatores ambientais na crise européia do século XIV), crises localizadas e com grande potencial de reversão. A crise ambiental da atualidade é conjuntural, planetária e, em muitos aspectos, irreversível.

Historicamente, a tradição judaico-cristã parece ter dado início ao processo de dessacralização da natureza. O desenvolvimento do monoteísmo contribuiu para translocar valores místicos dos "bens naturais" para uma entidade única, absoluta, onipotente, onipresente e onisciente, chamada IAVEH (Jeová ou Deus).

A união do cristianismo com a filosofia aristotélica gera a escolástica. Entronizada na Idade Média, essa filosofia-teológica coloca a natureza à disposição do homem, tornando-o hierarquicamente superior.

A consolidação da burguesia, no final do século XI, e a embriogênese do capitalismo, ao transformarem as atividades mercantilistas, eliminam mais alguns pilares de sacralidade da natureza. Paradoxalmente, o monoteísmo unitrinário continha resíduos de organicismo, destacando-se Tomás de Aquino, Francisco de Assis e Hildegard de Bineen.

Nos séculos XV e XVI, o capitalismo comercial demonstra grande vigor, impulsionado pela ávida demanda de mercadorias. A expansão das fronteiras marítimas, a ampliação dos circuitos comerciais e o crescimento da burguesia mercantilista europeia acirram o uso desenfreado da natureza.

A revolução científica, no século XVII, institui uma feição mecanicista à natureza, despojando-a completamente de qualquer vestígio de sacralidade, seja de concepção teológica, filosófica ou ideológica.

Nomes destacados como Francis Bacon, Isaac Newton e, principalmente, René Descartes conferem ao Universo uma ótica cibernética, mecanicista, onde engrenagens funcionam harmonicamente.

O cientificismo cartesiano atesta o valor da natureza como bem de utilitarismo. Separa sociedade de espaço, corpo da mente, razão de emoção e homem da natureza. Consolida-se, no paradigma dominante, a antropocentrização do mundo. Geocentrismo, teocentrismo e antropocentrismo.

Com o advento da Revolução Industrial, aprofundam-se as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais na humanidade. Nos estados-nações que compõem o eixo da econo-

mia mundial, o modelo produção-capital se baseia na pilhagem do sistema natural. O sistema econômico, comandado pela alta burguesia, imprime o ritmo do sistema produtivo, operado pela massa proletarizada. O *modus operandi* desse super-sistema considera a natureza como amplas e inesgotáveis reservas de matéria-prima e de energia. Entendem também que o sistema natural é completamente apto e capaz de assimilar e processar todas as formas de poluição decorrentes das atividades produtivas e urbanas.

Como o super-sistema funciona por retroalimentação positiva, quanto mais capital, mais bens de consumo e vice-versa, impõe-se a necessidade de expansão do mercado mundial. Desencadeada em fins do século XIX, a expansão-globalização da economia tem um momento decisivo na década de 50, do século XX. Formam-se as corporações multinacionais, que gradualmente desvencilham-se do controle estatal-nacional e transformam-se em agentes econômicos transnacionais. Neste contexto globaliza-se o mercado financeiro. Paralelamente à expansão-globalização militar e dos meios de comunicação, delinea-se a setorização do mundo de acordo com a capacidade de força de modelagem, orientadas ideologicamente pelos preceitos do paradigma dominante.

Em definitivo, institui-se o assalto à natureza. No modelo desenvolvimentista, as suas várias correntes (capitalista, comunista, etc.) discordam quanto à forma de organizar a sociedade, mas coadunam-se quanto à visão burguesa da natureza e à tecnologia capitalista.

A situação marginalizada dos países periféricos do sistema-mundo é oportuna e fundamental para o modelo desenvolvimentista ditado pelas nações do primeiro mundo. A super-estrutura centralizadora das nações dominantes alimenta-se de matéria e energia das nações periféricas signatárias de alta oferta de recursos naturais. Altíssima tolerância à poluição da produção, baixo custo de mão-de-obra e mercado interno em expansão submetem completamente o sistema natural ao super-sistema produtivo-econômico.